

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 13.

1 A ruína do edifício Wilton Paes de Almeida, que
desabou após um incêndio, em maio de 2018, revela um
problema crônico no Brasil: o *deficit* de moradia. A Pesquisa
4 Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), revela
que subiu 1,4% o número de invasões no País entre 2016 e
7 2017. São 145 mil domicílios nessa situação, ante 143 mil em
2015. Faltam no País 6,3 milhões de domicílios, segundo
levantamento feito em 2015 pela Fundação João Pinheiro
10 (FJP).

Marco da arquitetura modernista, o prédio construído
na década de 1960 estava ocupado pelos sem-teto do
13 Movimento de Luta Social por Moradia havia seis anos. Cerca
de 170 famílias viviam no local. São Paulo é recordista no
ranking do *deficit* habitacional: falta 1,3 milhão de
16 residências. Completam a lista Minas Gerais (575 mil), Bahia
(461 mil), Rio de Janeiro (460 mil) e Maranhão (392 mil).

Ao todo, cerca de 33 milhões de brasileiros não têm
19 onde morar, segundo relatório do Programa das Nações
Unidas para Assentamentos Humanos. Mesmo com
iniciativas do governo federal, como o programa Minha Casa
22 Minha Vida, o problema tem se acentuado. Especialistas em
habitação traduzem os números: a falta de moradia aumenta
o número de invasões e de população favelada — o índice
25 chegou a 11,4 milhões, segundo o Censo 2010 do IBGE.

Karina Figueiredo, mestre em política social, explica
que é necessária a implementação de política pública de
28 habitação. “Hoje, temos o aumento da população, uma crise
que aumentou o desemprego e um mercado imobiliário
inacessível. O Minha Casa Minha Vida conseguiu avançar,
31 mas não foi suficiente. O número de famílias que não
consegue custear o aluguel ou o pagamento das parcelas de
seu imóvel popular aumentou”, conclui.

34 Para o professor de arquitetura e urbanismo Luiz
Alberto de Campo Gouveia, da Universidade de Brasília
(UnB), a falta de moradia não é um problema novo. “A
37 diferença entre a necessidade das pessoas em habitar e a
capacidade de adquirir moradia sempre foi grande. O maior
problema é a renda. Enquanto os salários não permitirem a
40 compra de imóvel, isso vai continuar acontecendo”, pondera.

Em 2018, o Ministério das Cidades destacou que, nos
últimos nove anos, foram investidos R\$ 4 bilhões em
43 construção de moradias. “Foram contratadas 5,1 milhões de
unidades habitacionais, sendo que já foram entregues 3,7
milhões até março deste ano”, segundo nota da pasta.
46 Segundo o governo, o *deficit* de residências é usado como
referência para a formulação de políticas públicas e estudos
na área habitacional.

No que se refere ao texto e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens de 1 a 6.

- 1 O texto, estruturado em forma dissertativa, trata dos prejuízos causados ao patrimônio público pelas invasões de prédios urbanos no Brasil.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o aumento do índice de invasões a domicílios, no Brasil, é consequência do *deficit* habitacional.
- 3 Os vocábulos oxítonos “após”, “País” e “até” são acentuados graficamente de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
- 4 Na linha 6, a forma verbal “subiu” está flexionada na terceira pessoa do singular porque concorda com o sujeito da oração — o termo “1,4%”.
- 5 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o sinal de dois pontos empregado após “Brasil” (linha 3) fosse substituído por um travessão.
- 6 A oração “Enquanto os salários não permitirem a compra de imóvel” (linhas 39 e 40) expressa, em relação à oração subsequente, circunstância de concessão.

Quanto à correção gramatical e à coerência das substituições propostas para vocábulos e trechos destacados do texto, julgue os itens de 7 a 13.

- 7 “havia” (linha 13) por **faziam**.
- 8 “tem se acentuado” (linha 22) por **tem acentuado-se**.
- 9 “que é necessária a” (linha 27) por **a necessidade de**.
- 10 “foi” (linha 31) por **o**.
- 11 “isso vai continuar acontecendo” (linha 40) por **o problema de falta de moradia persistirá**.
- 12 “sendo que já foram entregues” (linha 44) por **já tendo sido entregues**.
- 13 “o *deficit* de residências é usado” (linha 46) por **utiliza-se o deficit de residências**.

Julgue os itens 14 e 15, considerando a correção gramatical dos trechos apresentados e a adequação da linguagem à correspondência oficial.

- 14 Referente as propostas que receberam os valores totais, informamos que não há necessidade de devolução dos referidos saldos desde que seja aplicado para o mesmo componente e dirigida exclusivamente à mesma entidade contemplada.
- 15 Esclarecemos que a verba à que nos referimos acima diz respeito ao pagamento dos serviços tercerizados de limpeza e conservação contratados por este Conselho.


Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito dos tipos de computadores, do editor de texto LibreOffice Writer, versão 5, e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens de **16 a 20**.

- 16** No Windows 10, o Gerenciamento de Disco pode ser acessado ao se clicar o botão direito do *mouse* sobre o logotipo do Windows,



disponível no canto inferior esquerdo da tela.

- 17** Os servidores são grandes computadores que processam milhares de transações por segundo. São considerados como os computadores mais seguros e não estão suscetíveis a falhas, pois foram construídos com uma arquitetura mais robusta que a dos computadores *desktops*, motivo pelo qual não há preocupação quanto à questão da estabilidade deles.
- 18** Os computadores do tipo servidor são computadores que possuem alguns componentes/dispositivos obrigatórios semelhantes aos *desktops*, como, por exemplo, processador, teclado, *mouse* e, principalmente, monitor.
- 19** Com o LibreOffice Writer 5, é possível exportar um documento de texto para o formato PDF.
- 20** No LibreOffice Writer 5, ao selecionar uma linha de uma tabela e depois pressionar a tecla , ocorrerá a inserção de uma nova linha nessa tabela.

Acerca dos conceitos de redes de computadores, do programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, e das noções de vírus e *worms*, julgue os itens de **21 a 25**.

- 21** Por meio das redes de computadores, os usuários podem compartilhar recursos que vão desde a impressão de documentos até o armazenamento de dados, entre outros.
- 22** ICMP e IGMP são exemplos de protocolos utilizados na camada de rede.
- 23** Por ser considerado como um dos melhores navegadores, o Firefox consegue abrir todos os tipos de arquivos, independentemente de sua codificação.
- 24** O Firefox possui diversas funções para tornar o navegador acessível aos usuários com certas dificuldades, como, por exemplo, os deficientes visuais. Uma dessas funções consiste em poder usar o teclado para navegar em páginas *web*.
- 25** Um *worm* é um programa disfarçado que invade os sistemas com um único objetivo: publicidade. Esse tipo de vírus é inofensivo e não causa nenhum tipo de problema para a rede de computadores.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Em relação à Lei n.º 5.194/1966, julgue os itens de **26 a 30**.

- 26** Exerce ilegalmente a profissão de arquiteto o profissional que emprestar seu nome a empresas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos.
- 27** Nas questões relativas às atribuições profissionais, a decisão do Conselho Federal exige, no mínimo, quinze votos favoráveis.
- 28** Cabe às Câmaras Especializadas julgar as infrações do Código de Ética e aplicar as penalidades e multas previstas.
- 29** Será automaticamente cancelado o registro do profissional que deixar de efetuar o pagamento da anuidade por dois anos consecutivos, sem prejuízo da obrigatoriedade do pagamento da dívida.
- 30** A suspensão do registro será efetuada por má conduta pública e escândalos praticados pelo profissional.

Quando à anotação de responsabilidade técnica (ART) e à Mútua de Assistência Profissional, previstas na Lei n.º 6.496/1977, julgue os itens de **31 a 35**.

- 31** A ART define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo empreendimento, sendo que sua falta sujeitará o profissional ou a empresa à multa e às demais cominações legais.
- 32** A Mútua, vinculada diretamente ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, terá personalidade jurídica e patrimônio próprios, e seu regimento será submetido à aprovação do ministro do Trabalho.
- 33** A Mútua será administrada por um diretor e cinco membros, sendo dois indicados pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e três pelos Conselhos Regionais.
- 34** Entre os benefícios assegurados pela Mútua, estão previstos auxílios pecuniários, temporários e reembolsáveis aos associados comprovadamente necessitados, por falta de trabalho ou invalidez ocasional.
- 35** Na hipótese de sua insolvência, o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia responderá, subsidiariamente, por dívida da Mútua.

Com base na Lei n.º 6.838/1980 e na Lei n.º 7.410/1985, julgue os itens de **36 a 39**.

- 36** A punibilidade por falta sujeita a processo disciplinar, por meio de órgão em que o profissional esteja inscrito, prescreve em cinco anos, contados da data de verificação do fato.
- 37** A notificação feita diretamente ao profissional faltoso suspende o curso do prazo prescricional, que será retomado quando for apresentada defesa escrita.
- 38** O exercício da atividade de técnico de segurança do trabalho dependerá de registro em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- 39** O exercício da especialização de engenheiro de segurança do trabalho será permitido exclusivamente ao engenheiro portador de certificado de conclusão do curso.

A partir do Decreto n.º 23.196/1933 e do Decreto n.º 23.569/1933, julgue os itens de **40 a 44**.

- 40** Não são atribuições dos engenheiros agrônomos a direção de serviços técnicos federais de genética agrícola, a produção de sementes e a fiscalização do comércio de sementes e plantas vivas.
- 41** A execução dos serviços técnicos oficiais de fitopatologia, entomologia e microbiologia agrícolas é atribuição dos engenheiros agrônomos.
- 42** É atribuição do Conselho Federal expedir a carteira profissional padronizada em todo o território nacional.
- 43** A pesquisa, a localização, a prospecção e a valorização de jazidas minerais são da competência do engenheiro-geógrafo ou do geógrafo.
- 44** Das multas impostas pelos Conselhos Regionais poderá, dentro do prazo de sessenta dias, ser interposto recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho Federal.

Considerando as Resoluções CONFEA n.º 218/1973 e n.º 336/1989, julgue os itens de **45 a 50**.

- 45** Compete ao engenheiro químico o desempenho de atividades referentes a dimensionamento, à avaliação e à exploração de jazidas petrolíferas, o transporte e a industrialização do petróleo e serviços afins.
- 46** As empresas públicas e as sociedades de economia mista serão enquadradas, para fins de registro, na Classe B.

- 47** A pessoa jurídica enquadrada na classe C, para efeito de registro, estará sujeita ao pagamento de anuidade diferenciada.
- 48** A pessoa jurídica que requer registro em Conselho Regional deve apresentar responsável técnico que mantenha residência em local que torne praticável a sua participação efetiva nas atividades a serem desenvolvidas.
- 49** A responsabilidade técnica por pessoa jurídica fica extinta quando o profissional for suspenso.
- 50** O profissional poderá ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, não sendo permitido manter, concomitantemente, firma individual.

De acordo com as Resoluções CONFEA n.º 413/1997, n.º 1.007/2003, n.º 1.025/2009 e n.º 1.090/2017, julgue os itens de **51 a 56**.

- 51** O prazo de validade de 180 dias do visto concedido à pessoa jurídica originária de outro Conselho Regional para a execução de obras ou prestação de serviços é improrrogável, sendo possível a concessão de novo visto.
- 52** O profissional ficará isento do pagamento da anuidade durante o período de suspensão do registro.
- 53** É vedado ao profissional com o registro cancelado registrar ART, sendo permitido no caso de suspensão ou interrupção.
- 54** Compete ao profissional cadastrar a ART múltipla no sistema eletrônico e efetuar o recolhimento do valor relativo ao registro quando for contratado como autônomo diretamente por pessoa física ou jurídica.
- 55** É enquadrável como má conduta, passível de cancelamento do registro profissional, ter sido penalizado com duas censuras públicas, em processos transitados em julgado, nos últimos cinco anos.
- 56** A interrupção do registro é obrigatória ao profissional registrado que não pretenda exercer sua profissão e esteja em dia com as obrigações perante o Sistema CONFEA/CREA.

Conforme o Código de Ética Profissional, instituído pela Resolução n.º 1.002/2002, julgue os itens de **57 a 59**.

- 57** No exercício da profissão, é permitido utilizar livremente do privilégio de exclusividade de direito profissional.
- 58** É vedado impor ritmo de trabalho excessivo sobre os colaboradores.

- 59** O profissional tem discricionariedade para alertar sobre os riscos relativos às prescrições técnicas e as consequências de sua inobservância, cabendo avaliar, conforme o caso, a conveniência dessa comunicação ao cliente.

Segundo as Resoluções n.º 1.004/2003 e n.º 1.008/2004, julgue os itens de **60 a 65**.

- 60** O coordenador da Comissão de Ética Profissional designará um de seus membros, preferencialmente da mesma modalidade profissional do denunciado, como relator de cada processo.
- 61** A Comissão de Ética Profissional deve proceder à instrução do processo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da denúncia.
- 62** O denunciado não poderá arguir nulidade da intimação se a finalidade for atingida.
- 63** A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.
- 64** Nos prazos, contam-se apenas os dias úteis.
- 65** Por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, interromper-se-á a prescrição nos processos administrativos.

A respeito das Normas ABNT NBR ISO 9000:2015 e 9001:2015, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** A qualidade dos produtos e serviços inclui não apenas sua função e o desempenho pretendido, mas também seu valor percebido e o benefício para o cliente.
- 67** De acordo com o princípio da tomada de decisão com base em evidência, as decisões com base empírica são mais propensas a produzir resultados desejados.
- 68** Com base no princípio do foco no cliente, uma das ações possíveis é a comunicação com as pessoas para promover a compreensão da importância de sua contribuição individual.
- 69** A política da qualidade deve estar disponível, ser mantida como informação documentada e ser comunicada, entendida e aplicada na organização.
- 70** A gestão dos processos e do sistema de gestão da qualidade pode ser realizada com o uso do ciclo PDCA e com um foco geral na mentalidade de risco.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere aos elementos e à supremacia da Constituição, aos direitos e às garantias fundamentais e aos princípios constitucionais da Administração Pública, julgue os itens de **71 a 74**.

- 71** As normas previstas no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), por regularem situações específicas, excepcionarem regras gerais previstas no texto constitucional permanente e apresentarem numeração própria, não podem ser utilizadas como paradigma de confronto para o controle de constitucionalidade dos atos normativos inferiores.
- 72** A licença-maternidade, que abrange tanto a gestante quanto a adotante, ambas com idêntico prazo de duração e prorrogação, configura-se como um dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais.
- 73** Por ter como finalidade a preservação da privacidade do indivíduo, a tutela constitucional da inviolabilidade do domicílio não abrange o aposento ocupado de habitação coletiva ou aquele em que é exercida a atividade profissional.
- 74** A necessidade de se instaurar o procedimento licitatório para a contratação com o Poder Público é uma das consequências do princípio da impessoalidade.

Em relação ao processo legislativo, às medidas provisórias, aos órgãos do Poder Judiciário e à execução contra a Fazenda Pública, julgue os itens de **75 a 78**.

- 75** Diferentemente do processo legislativo das leis complementares e ordinárias, no caso das emendas à Constituição, a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- 76** A rejeição tácita da medida provisória e a não edição do decreto legislativo pelo Congresso Nacional, que teria como objetivo regulamentar as relações jurídicas advindas de sua adoção, autorizam o presidente da República a editar, na mesma sessão legislativa, em caso de relevância e urgência, outra medida provisória com idêntico conteúdo.

- 77** Por ser presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e diante da competência constitucional de controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, é permitido ao Conselho Nacional de Justiça, quando se deparar com casos graves de violação ao devido processo legal, exercer a fiscalização da atividade jurisdicional dos magistrados.
- 78** Os Conselhos de Fiscalização Profissional, em razão de dívidas reconhecidas judicialmente, não se submetem ao rito processual de execução contra a Fazenda Pública.

Quanto às regiões metropolitanas, à Federação e à Advocacia-Geral da União, julgue os itens **79 e 80**.

- 79** A participação compulsória de município em região metropolitana criada por estado, mediante lei complementar estadual, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, não viola o princípio da autonomia municipal.
- 80** O advogado-geral da União, por exercer a função de curador da presunção de constitucionalidade da lei, quando expressamente autorizado pelo presidente da República, mediante decreto, será parte legítima para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais, contestados em face da Constituição Federal de 1988.

Acerca dos princípios da Administração Pública e dos atos administrativos, julgue os itens de **81 a 83**.

- 81** Pelo princípio da autotutela, uma vez revogado o ato administrativo discricionário, como a autorização conferida ao particular para o uso privativo de bem público, por motivos de conveniência ou oportunidade, devem ser respeitados os direitos adquiridos.
- 82** A aposentadoria do servidor público configura-se como ato administrativo complexo.
- 83** Por não se aplicar aos atos administrativos discricionários a teoria dos motivos determinantes, não se revela viciado o indeferimento do pedido de férias formulado por servidor público quando demonstrado que a motivação utilizada pelo chefe da repartição é incompatível com a realidade fática.

Quanto às agências reguladoras, aos poderes da Administração, à responsabilidade civil do Estado e ao controle jurisdicional dos atos administrativos, julgue os itens de **84 a 87**.

- 84** Às agências reguladoras se aplica um regime jurídico especial, que é caracterizado, em linhas gerais, pela ausência de subordinação hierárquica com a administração direta e por sua autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.
- 85** Ainda que discricionário, o ato de delegação, quando prevista a sua duração, não pode ser revogado a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- 86** Uma vez violado o dever específico de proteção à integridade física do detento sob sua custódia, o Estado será responsabilizado civilmente por sua morte.
- 87** O controle exercido pelo Poder Judiciário em relação aos atos administrativos limita-se ao exame de sua legalidade ou abusividade, por excesso ou desvio de poder.

Julgue os itens de **88 a 90**, relativos à impenhorabilidade dos bens públicos, aos agentes públicos e à improbidade administrativa.

- 88** Por aplicação direta do princípio da continuidade dos serviços públicos e do regime da impenhorabilidade dos bens públicos, os Conselhos de Fiscalização Profissional, uma vez condenados de forma definitiva pelo Poder Judiciário, estarão submetidos ao regime de precatórios.
- 89** O servidor público vinculado a uma autarquia federal que exercer mandato eletivo de deputado na Câmara Legislativa do Distrito Federal ficará afastado de seu cargo, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração de origem.
- 90** Pela natureza de seu vínculo de trabalho, o empregado de empresa pública que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa não estará sujeito à perda de sua função pública.

Acerca das súmulas vinculantes, julgue os itens de **91 a 93**.

- 91** Uma vez descumprida uma súmula vinculante, seja pela autoridade administrativa seja pela autoridade judicial, caberá reclamação, a qual deverá ser julgada pela turma do Supremo Tribunal Federal, e não pelo seu plenário.
- 92** Após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, a súmula vinculante deve ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.

- 93** As súmulas vinculantes podem ser aprovadas, revistas ou canceladas, de ofício, pelo Supremo Tribunal Federal ou por provocação de qualquer das partes nos recursos ou nas ações originárias em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

A respeito da eficácia da lei no tempo e do conflito de normas, julgue os itens **94 e 95**.

- 94** No direito brasileiro, a repristinação não é automática, devendo constar expressamente da lei revogadora a restauração da vigência da lei revogada.
- 95** Uma lei ordinária incompatível com a ordem constitucional superveniente é considerada como não recepcionada, não havendo que se falar em inconstitucionalidade superveniente.

Com relação ao direito civil, julgue os itens de **96 a 100**.

- 96** Considere-se que o devedor integre determinado grupo econômico. Nesse caso, a personalidade jurídica do devedor pode ser desconsiderada para atingir o patrimônio do grupo, mesmo que não haja abuso da personalidade jurídica, com desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- 97** Suponha-se que João e Maria tenham simulado negócio jurídico. Nesse caso, esse negócio jurídico simulado será nulo, mas o negócio que se dissimulou subsistirá, se for válido na substância e na forma.
- 98** Suponha-se que Joana e sua família residam em um imóvel que possui dívidas de IPTU. Nesse caso, não há que se falar em bem de família e o imóvel poderá ser penhorado e alienado judicialmente para quitar a dívida de IPTU.
- 99** Suponha-se que, em um contrato de aluguel, tenha-se verificado que a prestação devida pelo locatário passou a ser excessivamente onerosa, diante da sua demissão do emprego. Nesse caso, pela onerosidade excessiva, o locatário fará jus à revisão judicial do contrato.
- 100** A fusão determina a extinção das sociedades que se unem para formar uma nova sociedade, a qual as sucederá em direitos e obrigações, enquanto, na incorporação, a incorporadora não extinguirá a sociedade incorporada após a aprovação dos atos de incorporação.

No que diz respeito ao direito processual civil, julgue os itens de **101 a 105**.

- 101** Suponha-se que o desembargador tenha verificado uma questão que não fora objeto de debate pelas partes e que pode ser conhecida de ofício. Nesse caso, não haverá necessidade de abertura de prazo para as partes se manifestarem sobre a questão.
- 102** É hipótese de modificação da competência para julgamento conjunto quando, mesmo não havendo conexão, duas ações possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididas separadamente.
- 103** Para a concessão da tutela de evidência, o autor deverá demonstrar o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo.
- 104** Suponha-se que uma determinada autarquia federal tenha sido condenada, por sentença, a pagar valor certo e líquido de seiscentos salários mínimos. Nesse caso, a sentença estará sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada, pelo tribunal, por meio da remessa necessária.
- 105** Quando interposto pela parte recurso extraordinário e(ou) especial, caberá recurso adesivo no mesmo prazo estabelecido para as contrarrazões. No entanto, caso o recurso principal seja considerado como inadmissível, o recurso adesivo não será conhecido.

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue os itens **106 e 107**.

- 106** De acordo com o Supremo Tribunal Federal, não viola o princípio da legalidade tributária a lei que permite aos conselhos de fiscalização das categorias profissionais econômicas em geral a fixação e o aumento das anualidades devidas pelos respectivos profissionais inscritos.
- 107** Suponha-se que, em uma situação eventual, o sindicato dos trabalhadores X tenha vendido um imóvel acima do valor de compra. Nesse caso, considerando-se que o resultado da operação será aplicado nas suas finalidades essenciais, não haverá incidência de imposto de renda sobre o ganho de capital, pois o patrimônio do sindicato é imune a esse tributo.

No que se refere ao crédito tributário e à execução fiscal, julgue os itens de **108 a 110**.

- 108** A prescrição ocorrida antes da propositura da execução fiscal pode ser decretada de ofício.
- 109** Suponha-se que um determinado contribuinte tenha firmado acordo de parcelamento, com confissão espontânea, de um crédito tributário já prescrito ou decaído. Nesse caso, diante da natureza obrigacional do acordo de parcelamento, essas parcelas passarão a ser devidas, não podendo mais ser objeto de discussão.

- 110** Suponha-se que, por meio de contrato, o sujeito passivo tenha repassado a obrigação de pagar um determinado tributo a outro contraente. Nesse caso, a Fazenda Pública deverá cobrar o tributo do contraente, e não do sujeito passivo da relação tributária.

Com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), julgue os itens de **111 a 115** a respeito da remuneração.

- 111** É considerada como gorjeta não somente a importância espontaneamente paga pelo cliente, mas também os valores cobrados pelo empregador como adicional destinado à distribuição aos empregados.
- 112** O prêmio consiste em liberalidade concedida ao empregado pelo empregador, sempre em dinheiro, como medida de reconhecimento de desempenho superior ao esperado.
- 113** Comissões e gratificações podem ser estipuladas por períodos superiores a um mês; o salário, não.
- 114** A idade não pode implicar diferença salarial para fins de remuneração de trabalho de igual valor, ao mesmo empregador e no mesmo estabelecimento.
- 115** O plano de cargos e salários poderá excepcionar a regra da impossibilidade de distinção salarial por mesmo trabalho, ao mesmo empregador e no mesmo estabelecimento.

Julgue os itens de **116 a 120**, relativos aos honorários sucumbenciais nos processos trabalhistas.

- 116** São devidos honorários sucumbenciais nos processos trabalhistas, exceto quando o reclamante ou o reclamado foi advogado, atuando em causa própria.
- 117** São devidos honorários sucumbenciais nas ações trabalhistas ajuizadas contra a Fazenda Pública.
- 118** O vencido que seja beneficiário da gratuidade de justiça poderá, ainda assim, arcar com honorários sucumbenciais se houver obtido judicialmente, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar aquela despesa.
- 119** A sucumbência recíproca não afasta a condenação, de parte a parte, em honorários advocatícios, que, contudo, poderão ser compensados.
- 120** Embora os honorários sucumbenciais observem patamares mínimo e máximo, sua gradação entre ambos deve levar em conta o grau de zelo do profissional, seu trabalho, o tempo consumido, a localidade em que foi prestado o serviço e a natureza e a relevância da causa.

PROVA DISCURSIVA

- A prova discursiva consistirá em **2 (duas) questões** para redação de textos dissertativos, de até **30 linhas** cada.
- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto das **folhas de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- As **folhas de texto definitivo** serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho neste caderno são de preenchimento facultativo e não servirão para avaliação.

QUESTÃO 1

As ações de controle realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apenas no segundo trimestre deste ano totalizaram benefícios financeiros ao erário de R\$ 4,993 bilhões, valor 9,91 vezes superior ao custo de funcionamento do Tribunal no mesmo período. A atuação em caráter preventivo também foi relevante. Foram 25 medidas cautelares referentes à aplicação de recursos superiores a R\$ 56,366 bilhões.

Em comunicado feito durante a última sessão plenária (5), o presidente do Tribunal, ministro Raimundo Carreiro, ressaltou a importância da atuação do TCU na prevenção, evitando perdas: “Isso demonstra a visão proativa desta Casa em relação à defesa do patrimônio público e no intuito de evitar a concretização de danos ao erário”, declarou.

O relatório de atividades referente ao segundo trimestre já foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Conheça mais dados do relatório:

- responsáveis condenados em débito e(ou) multados: 740;
- valor das condenações em débito e multa: R\$ 389,775 milhões;
- fiscalizações concluídas: 118;
- processos de controle externo apreciados conclusivamente: 1.298;
- responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal: 66;
- pessoas jurídicas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal: 29;
- indisponibilidades de bens decretadas: 15;
- arrestos de bens solicitados: 42;
- atos de pessoal apreciados: 45.094;
- processos de cobrança executiva formalizados: 815;
- valor envolvido nos processos de cobrança executiva: R\$ 640,092 milhões; e
- acórdãos proferidos: 8.119.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O papel do TCU na ordem constitucional

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) TCU e os demais Poderes da República;
- b) pelo menos três competências do TCU;
- c) impugnação das decisões do TCU pela própria União; e
- d) controle de constitucionalidade das leis pelos tribunais de contas.

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 2**A Lei de Improbidade Administrativa alcança todos, escreve Roberto Livianu**

Cada vez mais, se consolida a ideia de que os detentores de poder devem ser implacavelmente controlados, da forma mais plena possível. A imunidade é conceito que deve ser forte no campo das vacinas, para proteger a saúde das crianças, sendo absolutamente indesejável que permaneça vivo como caminho para a impunidade.

Internet: <www.poder360.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Improbidade administrativa

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) espécies de atos de improbidade;
- b) sanções cabíveis por ato de improbidade;
- c) responsabilidade objetiva;
- d) dolo e culpa; e
- e) prescrição das sanções.

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO